O impacto das práticas contábeis americanas e brasileiras na formação dos accruals: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional

Mateus de Oliveira Teixeira (UFV) - matolivi@yahoo.com.br

Robson Zuccolotto (UFV) - zrobson@ufv.br

Resumo:

Reflexo de um mercado cada vez mais abrangente e interligado, as empresas tem que se adequar às práticas contábeis às quais mantêm suas negociações. Em cada ambiente, nação ou conjunto de nações em que as organizações têm que divulgar seus demonstrativos e relatórios financeiros existe diferentes práticas contábeis. Apesar de atualmente elas estarem caminhando para a harmonização, elas se diferenciam em muitas questões e métodos utilizados por seus usuários. Um dos grupos de contas contábeis que sofre muitas alterações, quando observado sob práticas contábeis diferentes, são os accruals, ou as "acumulações contábeis".

Neste cenário onde os accruals podem interferir na formação do lucro, e que essa interferência tende a ser diferente dependendo da prática contábil adotada, este trabalho buscou identificar qual o total de accruals presentes nas demonstrações financeiras de uma siderúrgica pelas práticas contábeis brasileiras e americanas. A empresa objeto deste estudo de caso foi a Companhia Siderúrgica Nacional e a análise foi de forma qualitativa baseada nos demonstrativos financeiros de 2007 pelas práticas contábeis brasileiras e americanas.

Pode-se evidenciar, com a conclusão deste trabalho, a importância deste tipo de estudo para a contribuição de uma informação contábil cada vez melhor, discutindo novos temas e levantando questionamentos quanto aos procedimentos contábeis atuais.

Palavras-chave: *Accruals. Práticas contábeis. Lucro Contábil.*

Área temática: *Novas Tendências Aplicadas à Gestão de Custos*

O impacto das práticas contábeis americanas e brasileiras na formação dos *accruals*: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional

Resumo

Reflexo de um mercado cada vez mais abrangente e interligado, as empresas tem que se adequar às práticas contábeis às quais mantêm suas negociações. Em cada ambiente, nação ou conjunto de nações em que as organizações têm que divulgar seus demonstrativos e relatórios financeiros existe diferentes práticas contábeis. Apesar de atualmente elas estarem caminhando para a harmonização, elas se diferenciam em muitas questões e métodos utilizados por seus usuários. Um dos grupos de contas contábeis que sofre muitas alterações, quando observado sob práticas contábeis diferentes, são os *accruals*, ou as "acumulações contábeis".

Neste cenário onde os *accruals* podem interferir na formação do lucro, e que essa interferência tende a ser diferente dependendo da prática contábil adotada, este trabalho buscou identificar qual o total de *accruals* presentes nas demonstrações financeiras de uma siderúrgica pelas práticas contábeis brasileiras e americanas. A empresa objeto deste estudo de caso foi a Companhia Siderúrgica Nacional e a análise foi de forma qualitativa baseada nos demonstrativos financeiros de 2007 pelas práticas contábeis brasileiras e americanas.

Pode-se evidenciar, com a conclusão deste trabalho, a importância deste tipo de estudo para a contribuição de uma informação contábil cada vez melhor, discutindo novos temas e levantando questionamentos quanto aos procedimentos contábeis atuais.

Palavras-chave: *Accruals*. Práticas contábeis. Lucro Contábil.

Área Temática: (16) Novas Tendências Aplicadas à Gestão de Custos

1 Introdução

Com a expansão dos mercados e a tendência de concentração de empresas sob comandos centralizados, torna-se cada vez mais necessário aprimorar e revisar as normas que regem a contabilidade. A evolução das práticas contábeis, fortemente influenciadas pelo ambiente em que atuam, trouxe o aumento do nível de divulgação feito pelas companhias abertas e a harmonização dos procedimentos contábeis.

As práticas contábeis variam de acordo com o território no qual estão os organismos reguladores, investidores e outros usuários das informações apresentadas pelas demonstrações financeiras. Práticas contábeis são os procedimentos, as convenções, as regras e as próprias práticas específicas adotados por uma entidade na elaboração e apresentação de suas demonstrações contábeis. Ultimamente a convergência destas práticas tem feito com que as demonstrações financeiras sejam ajustadas a regras e critérios definidos nas normas norte-americanas ou internacionais, com o objetivo de proporcionar maior poder informativo aos interessados.

Sendo assim, as demonstrações financeiras das empresas se diferenciam dependendo das práticas contábeis que regulam a elaboração destas demonstrações, diferenciando, também, a formação dos lucros contábeis. Hendriksen e Breda (1999) comentam a importância e responsabilidade da contabilidade neste processo de formação dos lucros, já que este é um dos indicadores mais analisados pelos investidores e que sofre grande impacto quanto às práticas contábeis utilizadas em sua formação.

Devido ao importante papel desempenhado pelo lucro e sua capacidade de predição, é que têm surgido tantos estudos a cerca de sua evidenciação, critérios utilizados para sua formação e quanto às propriedades de seus componentes. Destes trabalhos, muitos estão voltados para um componente que tem uma grande capacidade informativa sobre a performance da empresa e que tem um grande impacto na formação do lucro, os *accruals*.

Os *accruals*, ou acumulações contábeis, conforme tradução do termo em inglês, são componentes que provocam alterações no lucro ou prejuízo, mas que não influenciam imediatamente o caixa do período. O maior ou menor teor de conservadorismo presente em cada conjunto de práticas contábeis poderá impactar na formação destas acumulações. Dessa forma, a maneira como são tratadas e determinadas as estimativas contábeis também irá impactar na sintaxe do lucro.

A identificação dos componentes dos *accruals*, conforme Colauto, Beuren e Hein (2007), permite ajustar o lucro ou prejuízo de forma a gerar informações que corroboram para esclarecer o reflexo dos *accruals* presentes tanto no ativo e passivo circulantes como no ativo e passivo não circulantes. As acumulações contábeis configuram-se, então, como importante indicador da qualidade do lucro.

Nesse sentido, este trabalho busca identificar se há diferenças quanto ao montante de *accruals* presentes nas demonstrações que obedecem as práticas contábeis brasileiras e americanas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), empresa que atua em toda a cadeia do aço, desde a extração do minério de ferro até a produção de placas e materiais nobres. Para tanto

2 Práticas Contábeis:

A contabilidade, por ser uma ciência social aplicada, é fortemente influenciada pelo ambiente em que atua. De uma forma geral, valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social acabam refletindo nas práticas contábeis de uma nação e, conseqüentemente, a evolução das mesmas pode estar vinculada ao nível de desenvolvimento econômico de cada país. (NIYAMA, 2006, p. 15)

É impossível analisar os modelos contábeis dissociados do ambiente em que estão inseridos. Em relação às diversas razões para as diferenças nas práticas contábeis, destacam-se algumas como mais relevantes entre US GAAP (United States generally accepted accounting principles), princípios contábeis geralmente aceitos nos Estado Unidos da América, e BR GAAP, princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

Até a década de 60, conforme Paulo (2002), a contabilidade brasileira foi marcada pela intervenção governamental através das legislações específicas e pela influência das escolas de pensamento contábil italiano. Esta vinculação apenas à legislação e à regulação por organismos governamentais como Banco Central, CVM, Superintendência de Seguros Privados, entre outros, tornou politicamente fraca a influência de órgãos de classe ou institutos representativos da profissão para determinação dos procedimentos contábeis. Já a partir desta década, os profissionais e acadêmicos contábeis começaram a ser influenciados pela doutrina norte-americana.

Muitas vezes a legislação não se adequava à teoria contábil e, mesmo após a criação dos princípios fundamentais de contabilidade pelo CFC, a preocupação entre os profissionais da área contábil era se as demonstrações financeiras estavam de acordo com a legislação ou regulamentação vigente. O Brasil foi ainda penalizado pela pouca valorização da profissão e pela qualidade duvidosa do ensino na área contábil (NIYAMA, 2006, p. 4).

O maior avanço contábil, no Brasil, veio com a Lei nº 6.404/76, que, além de instituir normas contábeis mais detalhadas, fez uma separação entre a contabilidade comercial e fiscal. De fato, podemos dizer que a contabilidade valorizou-se como atividade a partir desta lei,

quando passou a ser executada tendo em vista objetivos mais amplos do que o mero atendimento às exigências fiscais. E, atualmente, com a nova Lei Societária, Lei 11.638/07, a busca da convergência das normas contábeis brasileiras aos pronunciamentos internacionais de Contabilidade introduziu grandes mudanças nas práticas contábeis brasileiras.

A consolidação da contabilidade norte-americana aconteceu bem mais cedo. Sendo o maior mercado do mundo e com uma profissão contábil de longa data, reconhecida como de elevado nível, os Estados Unidos tendem a influenciar outros países quanto a padrões de reconhecimento, mensuração e evidenciação. De acordo com Niyama (2006), pela sofisticação do mercado de capitais americano, onde é lançado sempre complexos e inovadores instrumentos financeiros, a contabilidade é constantemente atualizada para acompanhar este desenvolvimento e poder retratá-lo nas demonstrações contábeis.

Ao contrário da contabilidade brasileira, em que a força de instituições e órgãos de classe se intensificou a pouco tempo, os Estado Unidos, logo no início de seu desenvolvimento econômico, com a grande expansão das companhias de estrada de ferro, criou uma comissão interestadual de comércio para proteger os investidores de prováveis perdas futuras. E dessa forma, como descrito por Paulo (2002), a contabilidade americana foi muito influenciada por organismos independentes e sempre esteve voltada a atender aos investidores e não apenas ao governo.

A contabilidade dos Estados Unidos foi marcada, ainda, pela crise econômica de 1929 influenciando de maneira significativa no fortalecimento da contabilidade como sistema de informações dos negócios, já que a rigidez para o registro de novas empresas na bolsa de valores foi intensificada. Dessa forma, juntamente com o seu órgão mais notório, o American Institute of Certified Public Accountants – AICPA, que a escola norte-americana obteve sua ascensão e, com certeza, tem hoje uma das práticas mais avançadas mundialmente.

3 Formação do Lucro contábil

A força da pressão da sociedade, como citado por Iudícibus (2004), é um elemento importante na construção da contabilidade que vivenciamos hoje. Mesmo a contabilidade não seguindo somente os interesses dos proprietários, sem nenhuma regulamentação social, há diferenças na utilização de procedimentos contábeis entre empresas do mesmo ramo de atividade. Logo, se apenas os interesses destes proprietários fossem atendidos, as diferenças entre as demonstrações financeiras destas empresas seriam muito maiores ou até incoerentes. Isso seria um problema na análise de comparação de empresas, havendo demonstrações extremamente avançadas contra outras com grande pobreza de informação. O autor elucida ainda que:

> a contabilidade está imersa num framework socioeconômico e nosso modelo de informação contábil é muito influenciado pelas condições econômicas, sociais, instituições, grau de participação da sociedade em questões ambientais, modelos econômicos etc.

É neste contexto, em que o lucro é utilizado individualmente como um dos números mais importantes produzidos pela contabilidade, que as exigências dos usuários por informações contábeis precisas e relevantes se tornaram propulsoras da contínua regulação e avaliação desta conta contábil.

Para Hendriksen e Van Breda (1999) há dois conceitos econômicos de lucro na interpretação dos contadores. O primeiro conceito é uma menção à variação de riqueza, uma vez que o lucro é a variação do patrimônio de uma empresa durante um determinado período. No segundo conceito, lucro é a mensuração do sucesso ou insucesso das operações de uma organização, medido quando o dinheiro obtido é superior ou inferior ao gasto no longo prazo.

Colauto e Beuren (2005) apontam o lucro como uma das principais preocupações das informações contábeis divulgadas aos usuários. Para eles o lucro, usado como indicador do

desempenho de uma empresa, é utilizado para balizar o processo de tomada de decisão por parte dos agentes econômicos. Citam, ainda, que a origem do conceito de lucro está na teoria econômica, mas que compete à contabilidade a tarefa de mensurá-lo, apesar dessa mensuração sempre ter sido controversa.

Fuji (2004) traz a discussão sobre concepção de lucro econômico e lucro contábil. O conceito de lucro, nas ciências econômicas, é um importante referencial para nortear as decisões econômicas dos agentes. Neste contexto, cabe à Ciência Contábil, por sua vez, a tarefa de quantificar os eventos econômicos de maneira lógica, objetiva e sistemática a fim de identificar, reconhecer, mensurar e registrar as transações em termos físicos e monetários, com informações voltadas aos usuários.

Ainda segundo a autora, o lucro econômico é, fundamentalmente, apurado pelo acréscimo no valor presente do patrimônio líquido, envolvendo aspectos ligados à subjetividade. Trata-se de um conceito mais amplo, rico e adequado do que o lucro contábil, principalmente no tocante ao processo decisório, sendo que se volta tanto ao usuário externo como o interno. Já o lucro contábil é, basicamente, o resíduo do confronto entre receita realizada e custo incorrido, apurado em consonância com a convenção da Objetividade e Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e prioriza o usuário externo das demonstrações contábeis. No Brasil há ainda alta dependência às exigências do Fisco para a apuração do lucro contábil.

A maior diferença entre o lucro contábil e o econômico está na consideração do Princípio da Competência, relacionado ao aspecto temporal utilizado na mensuração do resultado do período. Ao considerar um período de tempo suficientemente longo essa diferença entre os lucros se equalizaria, sendo que as alterações no valor do patrimônio da empresa já estaria refletida no lucro contábil (COLAUTO e BEUREN, 2005).

No que se refere ao lucro como recurso para tomada de decisões, Hendriksen e Van Breda (1999) acreditam que o lucro líquido de vários períodos pode ser útil para a elaboração de predições futuras da empresa, se tomado o cuidado necessário para incluir outras variáveis relevantes à essa ferramenta. A análise dos conceitos e objetivos do lucro líquido indica, conforme os autores, que um único conceito de lucro é incapaz de atender a todas as finalidades de maneira satisfatória.

De acordo com o art. 191 da Lei nº 6.404/76, o "lucro líquido do exercício é o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações de que trata o artigo 190". Tais participações são as estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias que serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzida a participação anteriormente calculada. Antes de apresentar tais participações, todavia, é preciso que sejam deduzidos quaisquer prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Por outro lado, caso haja prejuízo no exercício, este será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros, e pela reserva legal, expressamente nessa ordem.

Um aspecto importante no impacto de lucros contábeis no processo decisório, apontado por Hendriksen e Van Breda (1999), está relacionado ao conteúdo informacional dos dados na formação do lucro. As flutuações dos lucros contábeis resultantes de mudanças de critérios contábeis como no caso de alterações nos métodos de depreciação, de avaliação de estoque, considerações de provisões de passivos trabalhistas e contingências, deveriam acontecer de forma a não negligenciar a capacidade de passar informações aos usuários do lucro contábil.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), apesar do lucro contábil ser relevante para o processo de tomada de decisões de investidores e credores, não se tem provado empiricamente a validade destas suposições teóricas. Segundo os autores existem algumas críticas quanto ao lucro contábil em sua forma tradicional como: a falta, ainda, de um conceito

claro formado sobre lucro; uma base teórica que suporte o cálculo e apresentação do lucro contábil e; falta de maior rigor nas práticas contábeis geralmente aceitas sobre variações na mensuração do lucro do exercício.

É neste contexto que o lucro apresenta certa subjetividade, como também acontece com todas as outras medidas em contabilidade. Muitas vezes, como explica Iudícibus e Lopes (2008), o lucro é manipulado a fim de atender às necessidades da empresa, sendo, elas, um aumento ou uma redução no lucro. Essas manipulações acontecem muitas vezes através do uso discricionário dos *accruals*.

4 Aspectos conceituais dos *Accruals*

O reconhecimento no resultado das receitas e despesas incorridas no período, independentemente, das suas realizações, é essencial para que se chegue o mais próximo possível do desempenho econômico da companhia. Para Paulo (2007) o reconhecimento destas receitas e despesas antes de sua realização é fruto da demanda dos usuários da Contabilidade por informações cada vez mais precisas sobre a performance das empresas.

Lopes e Martins (2005) definem informação, do ponto de vista econômico, como aquela capaz de alterar as crenças dos agentes sobre acontecimentos futuros. Para eles a informação auxilia a alcançar uma participação dos vários estados da natureza possíveis até daqueles que são mais prováveis, contribuindo para o entendimento do que pode acontecer com a firma. E por promover esta participação mais fina dos estados da natureza que o fluxo de caixa, o regime de competência torna-se um instrumento poderoso de quebra de assimetria informacional.

De acordo com Iudícibus e Marion (2002), as receitas e as despesas devem ser adicionadas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento e pagamento. Segundo esse princípio, reconhece-se a receita de acordo com a sua realização, e no mesmo período confrontam-se as despesas necessárias para efetivação daquela receita. Este procedimento é diferente do registro baseado no regime de caixa, em que se focalizam exclusivamente as entradas e saídas de disponibilidade.

Para Lopes e Martins (2005), os *accruals* são os ajustes advindos do regime de competência e, sem eles, a contabilidade se limitaria a representar o fluxo de caixa advindo das operações sem julgamentos maiores. Os ajustes possuem um importante papel no processo de quebra de assimetria informacional, podendo servir como instrumentos úteis para o envio de informações ao mercado.

É comum, pelo regime de competência, que o momento dos efeitos econômicos das transações e eventos seja diferente do momento da realização dos fluxos de caixa relacionados. Para Chan, Chan, Jegadeesh e Lakonishok (2001), os *accruals* representam a diferença entre o lucro contábil de uma empresa e o seu fluxo de caixa subjacente, ou seja, quanto maior o valor dos *accruals*, maior será a diferença entre o lucro contábil e o caixa gerado. Os autores afirmam, ainda, que a não correlação entre fluxo de caixa e lucro é proveniente da adoção do regime de competência. Dessa forma a diferença existente entre o fluxo de caixa e o regime de competência é ajustada pelos *accruals*, como explica Paulo (2007, p. 86):

> se uma receita for reconhecida em um determinado período e seu recebimento ocorrer ao longo do mesmo período, não existe *accrual*. Entretanto, se a receita fosse recebida somente nos períodos futuros, então essa diferença seria o componente do resultado contábil denominado *accrual*.

Para Colauto et al. (2007), os *accruals* são as provisões, estimativas e acumulações presentes nas demonstrações financeiras. Pode acontecer de despesas serem deduzidas do resultado sem que tenham saído do caixa e, da mesma forma, receitas podem ser acrescidas no

resultado sem que haja, efetivamente, uma entrada de caixa.

Segundo Collins (2006, p.10) no dicionário Collins Cobuild English Dictionary, "In finance, the *accrual* of something such as interest or investments is the adding together of interest or different investments over a period of time. [BUSINESS]", sendo neste caso a adição simultânea dos juros ou de diferentes investimentos durante um período de tempo.

Para Richardson, Sloan, Soliman e Tuna (2001, p. 5):

> *accrual accounting attempts to record the financial effects on an enterprise of transactions and other events and circumstances in the period in which those transactions, events and circumstances occur, rather than only in the periods in which cash is received or paid by the enterprise,*

ou seja, os *accruals* tem por objetivo registrar os efeitos financeiros de transações e outros eventos e situações econômicas no período no qual essas transações, eventos e situações econômicas acontecem, em lugar de só registrar nos períodos nos quais o dinheiro é propriamente recebido ou pago.

Vale ressaltar ainda, que a expressão *accruals* pode ser traduzida em português por acumulações contábeis e que estas acumulações podem resultar, também, em redução do lucro, o que não consistiria em acúmulo no sentido de aumento. Neste caso, trata-se acúmulo como a soma algébrica que pode ser adicionada a valores positivos ou negativos resultando em aumento ou diminuição, conforme o predomínio de parcelas positivas ou negativas.

Para Martinez (2001), os *accruals* são todas as acumulações provenientes das contas de resultado que entram no cômputo do lucro contábil, mas que não implicam em necessária movimentação de disponibilidades financeiras. Dessa forma ele define acumulações como o lucro líquido menos o fluxo de caixa líquido operacional.

Accruals, numa concepção mais abrangente, é a diferença entre o lucro líquido ou prejuízo do período e o dinheiro resultante do fluxo de caixa das atividades operacionais, de financiamentos e de investimentos (RICHARDSON et al., 2001). De forma ampla, considera-se qualquer ajuste contábil, fruto da diferença entre o lucro líquido ou prejuízo e os fluxos de caixa do mesmo período como acumulações contábeis.

Segundo Costa, Teixeira e Nossa (2002), *accruals* é um importante indicador da qualidade do lucro. Os *accruals* são um conjunto de estimativas utilizadas pela contabilidade não só para o passivo como também para o ativo, podendo, desta forma, impactar o lucro tanto positivamente como negativamente. Citam, ainda, como exemplo mais comum, a depreciação, pois o método utilizado pode ter um impacto negativo maior ou menor sobre o lucro. Um exemplo ilustrativo seria a depreciação acelerada que tem um impacto negativo sobre o lucro, maior que a utilização do método de depreciação linear.

As acumulações podem ser caracterizadas, como descrito por Martinez (2001), como correntes e não correntes. Acumulações correntes são aquelas contas de resultado que têm como contrapartida contas do ativo ou passivo circulante, e ao contrário, se há contrapartida em contas não circulantes, caracteriza-se como acumulações não correntes. E ainda disserta sobre as acumulações correntes positivas e negativas no sentido do impacto que causam na contabilidade. As acumulações correntes positivas são reconhecimentos de receitas sem que tenha ocorrido ainda a entrada de caixa. Já as acumulações correntes negativas são o registro de despesas sem que tenha ocorrido ainda a saída de caixa.

O intuito do registro dos *accruals* na contabilidade, para Martinez (2001), é mensurar o lucro no sentido econômico, representando o efetivo acréscimo na riqueza patrimonial da unidade econômica, independentemente da movimentação financeira. Mas pode acontecer que esse registro, longe de seu verdadeiro objetivo, seja fruto da intenção de gestores de aumentar ou reduzir, discricionariamente, o nível de *accruals*, com o objetivo de influenciar o lucro divulgado.

Segundo Chan et al. (2001), os *accruals* tem poder preditivo, uma vez que nas estimativas contábeis há informações quanto ao desempenho operacional da organização,

como, diferentes métodos de depreciação, mudanças de critérios contábeis para contabilização de estoques, entre outros. Assim, os *accruals*, ou acumulações contábeis, se constituem como importante ferramenta na análise do desempenho de uma empresa através do conjunto de informações disponíveis, ganhando recentemente grande destaque conforme comentam os autores supracitados: "accounting *accruals*, has recently gained attention as an important indicator of earnings quality that is useful for equity valuation". Mas estas informações, segundo Colauto et al. (2007), tem certo grau de incerteza e são menos confiáveis que as informações de recebimentos e pagamentos de caixa.

Tomando por base o regime de competência, os efeitos das transações e outros eventos são conhecidos quando ocorrem e são lançados nos registros contábeis e reproduzidos nas demonstrações contábeis nos períodos a que pertencem e, por esta questão temporal, Colauto et al. (2007, p. 46) explicam a origem da subjetividade dos *accruals*:

> no longo prazo ocorre a equalização entre os valores do resultado contábil e os valores do fluxo de caixa derivado das transações. Portanto, o processo de mensuração utilizado para elaborar as demonstrações contábeis em intervalos temporais requer estimativas de valores futuros e incertos.

E consideram, ainda, que o volume de *accruals* informa as políticas dos gestores em relação aos efeitos das incertezas presentes nos eventos econômicos consolidados nas demonstrações contábeis.

Um dos pontos que levam à subjetividade dos *accruals* é que uma das possíveis formas para se manipular o resultado contábil é por meio dos elementos que compõem os *accruals*. Colauto e Beuren (2005) comentam que as empresas se utilizam destas acumulações para conseguirem a lucratividade esperada pelos analistas de mercado ou acionistas ou, ainda, para privilegiar interesses pessoais dos gestores, quando suas remunerações estiverem condicionadas ao resultado do período.

Uma das formas do gerenciamento do resultado acontecer, de acordo com Costa et al. (2002) é através dos componentes discricionários dos *accruals*, como por exemplo, o não reconhecimento da obsolescência dos estoques e o reconhecimento antecipado de receitas. Mas para este gargalo, a contabilidade, como sistema de informação de suporte à tomada de decisões, deve ser capaz de identificar e comunicar os problemas potenciais que, no momento adequado, requerem respostas estratégicas (COLAUTO e BEUREN, 2005).

O comportamento discricionário surge quando as normas contábeis deixam margem para decisão de tal modo que os gestores podem optar por uma dentre várias soluções possíveis, observando critérios de oportunidade, conveniência e outros. Já nas decisões estabelecidas como única solução dentro do limite normativo, observa-se o comportamento não discricionário. Dessa forma, se um gestor toma a decisão de aumentar ou diminuir as acumulações por motivos alheios à realidade do negócio têm-se, então, acumulações (*accruals*) discricionárias. E quando as acumulações são exigidas de acordo com a realidade do negócio têm-se as acumulações (*accruals*) não discricionárias (MARTINEZ, 2001).

Lopes e Martins (2005) ressaltam a relevância do comportamento discricionário, que é vista como uma forma de comunicar informação ao mercado advinda de administradores, contadores e outros com acesso a esse tipo de informação.

O "poder" discricionário da administração da empresa tem gerado muita discussão sobre a possibilidade de manipulação dos lucros. Como mostra Costa et al. (2002), os reflexos negativos no preço das ações de uma empresa, quando a empresa não consegue atingir o lucro esperado pelos analistas de mercado, têm levado muitos administradores a gerenciarem este lucro, sendo que uma das formas utilizadas para este gerenciamento é através dos componentes discricionários dos *accruals*.

5 Metodologia da pesquisa

Foi considerado para a classificação da pesquisa o critério adotado por Vergara (2005), em que a pesquisa se qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, este estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo. Exploratório, porque embora já tenha trabalhos sobre *accruals*, ainda não se verificou em práticas contábeis diferentes os componentes dos *accruals* e o montante que representam em relação ao lucro contábil. O estudo exploratório busca proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, esclarecendo e modificando conceitos e idéias para a formulação de problemas mais precisos. A pesquisa foi, também, descritiva em função do propósito de identificar e descrever a soma de *accruals* presentes nas demonstrações contábeis da empresa em estudo.

Quanto aos meios a pesquisa caracteriza-se como estudo de caso e bibliográfica. Como definido por para Yin (2005), o estudo de caso contribui com grande eficácia para a compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, e políticos. Neste estudo a organização estudada é a Companhia Siderúrgica Nacional. O estudo se utiliza, ainda, de pesquisa bibliográfica como fundamentação teórica ao estudo.

Além da importância da CSN no mercado siderúrgico nacional e internacional outras características levaram à escolha da companhia como objeto de estudo: a especificidade da empresa de manter relatórios contábeis pelas normas brasileiras e americanas; e a capacidade de apresentar um nível de *accruals* considerável em suas demonstrações financeiras.

Os dados foram extraídos das demonstrações contábeis consolidadas do ano de 2007 e foram tratados de forma qualitativa, realizando-se a análise de conteúdo. Neste sentido a abordagem qualitativa, conforme Richardson (1999), é caracterizada por não aplicar instrumental estatístico para análise de um problema e tem por finalidade efetuar justificativas e deduções lógicas a respeito da origem das informações extraídas do conteúdo analisado.

Umas das limitações de pesquisa é a conversão de moedas e arredondamentos de valores monetários feitos nas demonstrações financeiras da companhia que podem distorcer o valor do montante de *accruals* apurados na análise. Além deste estudo não poder abranger as modificações da Lei 11.638/07. Nem todos os demonstrativos necessários de 2008, os quais já estariam de acordos com a nova Lei, foram divulgados até a conclusão da pesquisa. Sendo assim, as análises basearam-se nos demonstrativos de 2007.

6 Resultados

Nos títulos 4.1 e 4.2 serão abordados as principais contas que compõem os *accruals* da CSN. Estas informações estão de acordo com as Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2007, pela legislação Societária brasileira, e com o Relatório Anual, do mesmo ano, pela Lei de Mercado de Capitais americana.

Conforme os relatórios analisados, a CSN, ao preparar suas demonstrações financeiras, faz estimativas em relação a uma variedade de questões. Algumas destas questões são altamente incertas, e estas estimativas envolvem julgamentos que faz com base em informações disponíveis à empresa.

6.1 Apresentação dos *accruals* pelo US GAAP

Depreciação e Amortização: As taxas de depreciação adotadas são baseadas nas vidas úteis estimadas dos ativos subjacentes, derivadas de dados históricos, assim como tendências do setor. A depreciação é computada de forma linear com taxas que consideram a vida útil dos bens relacionados. O total de depreciação e amortização do exercício de 2007 foi de US$ 397 milhões, este valor é referente a depreciação e amortização de terrenos, construções, equipamentos, móveis e utensílios, minas e reservas, e outros ativos.

Provisão para Contingências e Impostos Questionados a Pagar: A Companhia registra as contingências conforme SFAS nº 5 "Contabilização de Contingências". As contingências da Companhia foram estimadas pela administração e baseiam-se substancialmente em fatos e circunstâncias conhecidos, experiência da administração e pareceres dos consultores jurídicos e fiscais.

A Companhia mantém provisões totais para essas obrigações fiscais, de acordo com o FASB Pronunciamento de Conceitos - CON 6 “Elementos das Demonstrações Financeiras”, pois as obrigações estatutárias e legislação tributária em vigor exigem que a Companhia pague os impostos relacionados e as referidas provisões apenas são revertidas, no caso de um julgamento final e inapelável ser emitido em favor da Companhia. As provisões para contingências, impostos em questionamento a pagar e depósitos judiciais relacionados solicitados pelos tribunais com relação às referidas controvérsias são atualizadas pela taxa de juros cobrada pelo governo brasileiro (SELIC) e inflação, quando aplicável. As provisões para contingências e impostos questionados a pagar são relacionados a créditos presumidos sobre matérias-primas (IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados), crédito-prêmio do IPI sobre Exportações, imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS.

São incluídas neste grupo: as Contingências Trabalhistas, onde a maior parte dos processos está relacionada à suposta responsabilidade conjunta entre CSN e empreiteiros independentes, equalização salarial, pagamentos adicionais para atividades insalubres ou prejudiciais, horários extras ou desacordo entre os funcionários e o governo brasileiro sobre o valor pago pela Companhia por demissão; Contingências Civis, que são, principalmente, ações por indenizações dentro dos processos judiciais civis nos quais a CSN está envolvida; Provisão para Custos Ambientais e Restauração de Áreas, relativas, principalmente, a obrigações de limpeza nas minas de carvão desativadas em 1989, compensação ambiental (lei federal nº 9.985/2000) projetada para novos empreendimentos nos estados de Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro e obrigações de limpeza devido às antigas operações da usina de aço de Presidente Vargas; além da Provisão para Encargos Financeiros, somando, assim, um total de provisões de US$ 141 milhões em 2007.

Provisão Para Devedores Duvidosos: A provisão para créditos de liquidação duvidosa nas contas a receber de clientes refletem a expectativa da Companhia quanto a seu valor líquido realizável. Essa provisão é estimada com base em uma análise dos recebíveis e é periodicamente revisada para manter a real expectativa de cobrança das contas recebíveis. A constituição para devedores duvidosos em 2007 foi de US$ 13 milhões sendo este valor derivado de adições, quantias baixadas e ajustes de conversão.

Equivalência Patrimonial: A Companhia utiliza o método de equivalência patrimonial para registrar contabilmente todos os investimentos a longo prazo nos quais é proprietária de pelo menos 20% das ações com direito a voto ou tenha direito de exercer influência significativa sobre as políticas operacionais e financeiras da investida. As Joint ventures, nas quais a Companhia tem participação majoritária por meio de acordos de acionistas, mas não possui efetivo controle administrativo, também são contabilizadas pelo método de equivalência. Esse método requer ajustes contábeis periódicos na conta de investimentos para reconhecer a participação proporcional nos resultados da empresa investida, reduzidos pelo recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio. As provisões são contabilizadas como passivo em investimentos de equivalência com patrimônio líquido negativo, quando aplicáveis. O patrimônio líquido das coligadas é ajustado visando o cumprimento do US GAAP para fins de equivalência patrimonial. O montante de equivalência patrimonial contabilizado em 2007 de acordo com o US GAAP foi de US$ 76 milhões. A Companhia adota o SFAS nº 142 (SFAS 142), “Ágio e Outros Ativos Intangíveis”, para tratar de ágio e, de acordo com esse padrão, o ágio não é mais amortizado.

Provisão para Fundo de Pensão: A Companhia possui um plano de pensão de

contribuição definida que provê seus funcionários com benefícios de pensão. A despesa é reconhecida como o montante de contribuição necessário para o período e é contabilizada pelo regime de competência. Provisões para fundo de pensão são reconhecidas de acordo com o SFAS nº 87 "Contabilidade para Pensões dos Empregados" (SFAS 87). Já de acordo com o "SFAS 158", há a exigência de que uma entidade reconheça em suas demonstrações financeiras a situação de excesso ou falta de fundos em seus planos de pensão e de pós-aposentadoria de benefício definido, medida pela diferença entre o valor de mercado dos ativos do plano e a obrigação de benefício. Em 2007 não houve valor calculado para esta provisão.

Estoques: Não consta nas notas explicativas do relatório 20-F nenhuma alusão à provisão para perdas com estoque.

6.2 Apresentação dos *accruals* pelo BR GAAP

Depreciação e Amortização: O imobilizado da CSN está apresentado pelo valor de mercado ou reposição, de acordo com laudos de reavaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, conforme facultado pelas Deliberações CVM 183/95 e 288/98. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica remanescente dos bens após a reavaliação, a exaustão da mina de Casa de Pedra é calculada com base na quantidade de minério de ferro extraída e os encargos financeiros relativos a recursos captados para obras em andamento são capitalizados até que as mesmas sejam concluídas. Esses encargos são apurados, basicamente, sobre os contratos de financiamento para os projetos de mineração da Companhia.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2007, consubstanciada nos parágrafos 15 e 17 da Deliberação CVM 183/95, os acionistas aprovaram o laudo de reavaliação, elaborado pela empresa especializada CPConsult Soluções Integradas Ltda., que contemplou terrenos, edificações, benfeitorias, mina de minério de ferro denominada Casa de Pedra, máquinas, equipamentos e instalações das unidades operacionais de Volta Redonda, Arcos, Congonhas do Campo, Itaguaí, Barueri e Araucária, e os imóveis de apoio operacional da Companhia. Dessa forma, o valor apurado em 2007 foi de R$ 1,13 bilhões para depreciação, amortização e exaustão.

Provisão para Contingências e Impostos Questionados a Pagar: A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. As provisões para contingências foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores fiscais e legais, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, incluem-se nessas contingências os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC. Em 2007, o total deste grupo de *accruals* foi de R$ 1,23 bilhões.

As ações fiscais provisionadas são relacionadas a Imposto de renda e Contribuição social, PIS/COFINS – Lei 9.718/99, CIDE – Contribuição de intervenção no domínio econômico, Salário-educação, SAT - Seguro acidente do trabalho, Crédito prêmio de IPI sobre exportação e Crédito presumido de IPI sobre insumos.

Ainda constam em Provisão para Contingências e Impostos Questionados a Pagar: Contingências Trabalhistas, que são em sua grande maioria, relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras e diferença da multa de 40% sobre o FGTS em decorrência dos planos econômicos; Contingências Civis, que são, principalmente, ações com pedido de indenização decorrentes de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais relacionadas às atividades industriais da Companhia; e Provisão para Custos Ambientais e Restauração de Áreas, realizada para aplicação em gastos relativos a recuperação ambiental de

estabelecimentos da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina.

Provisão Para Devedores Duvidosos: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída, de acordo com a empresa, em montante considerado suficiente pela Administração para suportar eventuais perdas na realização dos créditos. Em 2007 o valor da provisão foi de R$ 6,84 milhões.

Equivalência Patrimonial (ajustada por ágio e deságio): Os investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e o ágio apurado na aquisição dos investimentos já está incluído no montante da equivalência, constando assim, em 2007, o valor negativo de R$ 109,68 milhões.

Provisão para Fundo de Pensão: Com o advento da Deliberação CVM n.º 371/00, que aprovou a NPC 26 do IBRACON – "Contabilização de Benefícios a Empregados" e que instituiu novas práticas contábeis de apuração e divulgação, a Administração da Companhia, por meio de estudo elaborado por atuários externos, apurou os efeitos decorrentes dessa prática e mantém os registros conforme laudo datado de 10 de janeiro de 2007.

A Administração da Companhia decidiu, então, reconhecer os ajustes do passivo atuarial no resultado pelo período de cinco anos a partir de 1º de janeiro de 2002, conforme estabelecido nos parágrafos 83 e 84 da NPC 26 do IBRACON aprovada pela Deliberação CVM n.º 371/00. O valor provisionado para cobertura do passivo atuarial em 2007 foi de R$ 106 milhões.

Estoques: São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e as importações em andamento registradas ao custo de compra identificado, não excedendo o valor de mercado ou de realização. São registradas provisões para perdas ou obsolescência quando a Administração julgar necessário. Em 2007 foi provisionado R$ 17,15 milhões para perdas de estoque.

6.3 Análise empírica dos resultados

A análise se baseia nos dados coletados das demonstrações financeiras da CSN no ano de 2007, apresentadas de acordo com o BR GAAP e US GAAP. Para elaboração das demonstrações pelo US GAAP, a Companhia converteu todos os ativos e passivos em dólares norte-americanos à taxa de câmbio de R$ 1,7713 para US$1,00 em 31 de dezembro 2007. Utilizou-se, então, essa mesma taxa de câmbio para converter os valores destas demonstrações para reais para que os resultados fossem passíveis de ser comparados, utilizando, assim, uma mesma moeda. Entretanto, os resultados encontrados podem sofrer distorções ocorridas pelo arredondamento realizado nas demonstrações financeiras analisadas e pelas conversões inerentes à esta análise.

Na Tabela 1 apresenta-se o lucro líquido do período ajustado pelos componentes dos *accruals* resultantes do processo analítico das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e americanas.

Dos valores apresentados na Tabela 1, o lucro líquido do período é o valor fixado na DRE, o total dos componentes dos *accruals* observados refere-se aos valores que ajustam o fluxo de caixa ao regime de competência, e o lucro do período ajustado pelos *accruals* é resultado da reintegração das parcelas dos componentes dos *accruals* ao lucro do período.

Os dados coletados revelam que o reconhecimento de *accruals* é maior pelas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras. O total de acumulações contábeis pelo BR GAAP é um pouco mais que três vezes o valor registrado pelas demonstrações de acordo com o US GAAP.

Tabela 1 - Lucro ajustado pelos *accruals* em milhares de reais

GRUPOS DE CONTAS CONTÁBEIS	**BRGAAP (R$)**	**USGAAP (R$)**
Lucro líquido do período	2.922.350,00	3.016.523,90
Componentes dos *Accruals*		
Depreciação, amortização e exaustão	1.132.276,00	703.206,10
Provisão para contingências e impostos questionados a pagar	1.228.049,00	249.753,30
Provisão para devedores duvidosos	6.844,00	23.026,90
Equivalência patrimonial (ajustada por ágio e deságio)	109.684,00	(134.618,80)
Provisão para planos de pensão	106.000,00	-
Provisão para perdas com estoque	17.154,00	-
Total dos componentes dos *accruals* observados	2.600.007,00	841.367,50
LUCRO DO PERÍODO AJUSTADO PELOS *ACCRUALS*	5.522.357,00	3.857.891,40

Fonte: Dados da pesquisa

Um dos grupos de contas que mais impacta a variação entre o total de *accruals* pelas práticas contábeis estudadas, conforme Figuras 1 e 2, foi o de Provisões para Contingências e Impostos Questionados a Pagar (47% - BR GAAP, 23% - US GAAP). Sendo este quase cinco vezes maior pelas práticas contábeis brasileiras que pelas americanas. Fazem parte desta conta as contingências trabalhistas, fiscais, civis e ambientais.

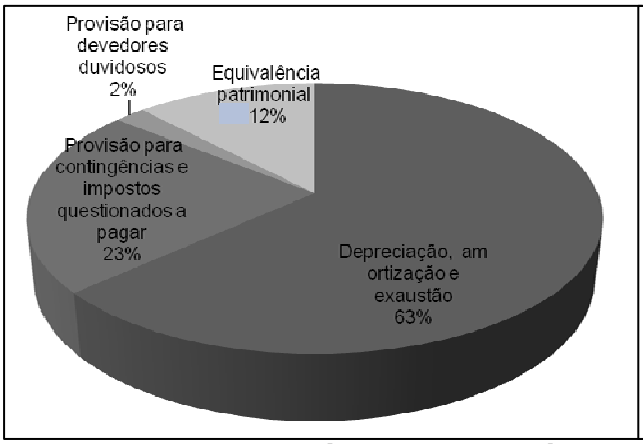

Figura 1 - Participação dos componentes dos *accruals* pelo US GAAP

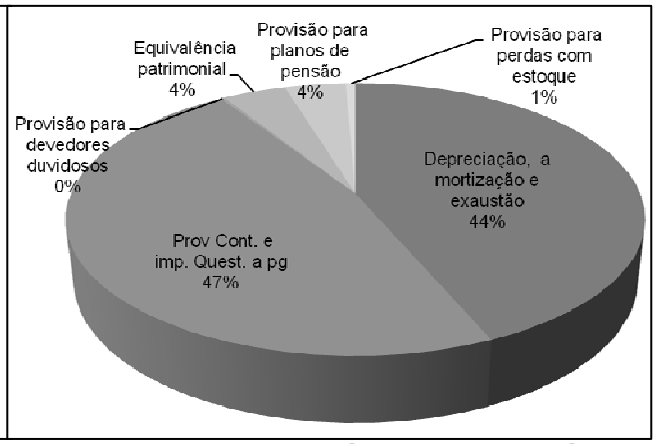

Figura 2 - Participação dos componentes dos *accruals* pelo BR GAAP

Logo após, o outro grupo com grande impacto, a Depreciação, Amortização e Exaustão, representou 44% dos componentes dos *accruals* pelo BR GAAP e 63% pelo US GAAP. Este grupo pelo BR GAAP, apesar de uma participação percentual menor no total, é quase duas vezes maior que a Depreciação, Amortização e Exaustão pelo US GAAP. Na conta de provisão para devedores duvidosos a variação não foi tão brusca, ao contrário da equivalência patrimonial já descontada pelo ágio, que pelo BR GAAP foi negativa em R$ 109,7 milhões contra R$ 134,7 milhões positivos pelo US GAAP (Figura 1). A provisão para planos de pensão e provisão para perdas com estoque não foram contabilizadas em 2007 pelo US GAAP.

O lucro ajustado, conforme o BR GAAP (R$ 5,52 bilhões), é 89% maior após as reintegrações dos *accruals* no lucro líquido constante na DRE, enquanto que o lucro conforme US GAAP é apenas 28% maior após os ajustes (R$ 3,86 bilhões). Observa-se, então, que o grande acúmulo de componentes discricionários e não discricionários nas demonstrações financeiras reguladas pela Lei Societária levam a inferir que as práticas contábeis adotadas no

Brasil pela CSN são muito mais conservadoras que as práticas adotadas nas suas demonstrações apresentadas conforme a Lei de Mercado de Capitais americana.

Não faz parte do escopo do trabalho investigar quais as diferenças de contabilização entre as práticas contábeis estudadas que causaram as variações encontradas, mas seguem algumas diferenças que podem interferir no resultado: pelo BR GAAP a vida útil dos ativos deve ser revisada periodicamente e, se necessário, as taxas de depreciação devem ser ajustadas, o que não acontece pelo US GAAP; a reavaliação do ativo, no momento em que foi realizada a análise, era permitida pelas práticas brasileiras e não admitida pelas práticas americanas; as premissas utilizadas no cálculo da equivalência patrimonial são diferentes entre as práticas estudadas; em relação ao estoque, as reversões de perdas para redução ao valor recuperável originalmente registradas permitidas pelo BR GAAP não são admitidas pelo US GAAP.

7 Conclusão

Este trabalho buscou identificar se há diferenças quanto ao montante de *accruals* presentes nas demonstrações que obedecem às práticas contábeis adotadas no Brasil e nos Estados Unidos da Companhia Siderúrgica Nacional e observar em qual destes dois países as demonstrações financeiras da CSN são compostas de maior conservadorismo.

Pode-se verificar, nas demonstrações que atendem ao BR GAAP, uma carga muito maior de componentes de *accruals* que as que obedecem ao US GAAP. Nessa composição das acumulações contábeis, observou-se que os grupos de contas mais representativos foram os de Depreciação, Amortização e Exaustão e as Provisões para Contingências e Impostos Questionados a Pagar. Pode-se verificar, ainda, que o reconhecimento de acumulações negativas é muito maior que o reconhecimento de acumulações positivas, evidenciando, assim, o conservadorismo nos resultados contábeis.

Como tratado na revisão de literatura, para que haja uma sustentação da qualidade do lucro contábil é preciso que haja um balizador entre relevância e confiabilidade dos *accruals*. O que gera uma grande discussão a cerca das diferenças do reconhecimento dos *accruals* nas demonstrações financeiras.

No caso estudado, as acumulações contábeis reconhecidas de acordo com o BR GAAP interferiram fortemente na formação do lucro, sendo este 89% maior após os ajustes pelos *accruals*. Dessa forma, fica claro que a avaliação da eficiência empresarial através do lucro ou prejuízo do período pode estar subentendida de certa subjetividade, já que em determinado ambiente contábil há uma grande diferença no reconhecimento dos *accruals* em relação ao outro ambiente.

A discrepância do total de *accruals* presentes na formação do lucro contábil reforça a afirmação de Niyama (2006) quando diz que, em termos internacionais, a linguagem “dos negócios”, como define a contabilidade, não é homogênea, pois cada país tem suas próprias práticas contábeis, significando dizer que o lucro de uma empresa brasileira não seria o mesmo se adotado práticas contábeis de outros países, dificultando sua compreensão devido à falta de uniformidade.

Conclui-se, então, baseado nas análises realizadas, que as práticas contábeis brasileiras são carregadas de um maior conservadorismo que as práticas americanas.

É por grandes diferenças na contabilização como estas apresentadas que se idealiza a harmonização das práticas contábeis, com intuito de tornar as demonstrações e relatórios financeiros cada vez mais padronizados e passíveis de comparação, independentemente do ambiente ao qual estes relatórios e demonstrações estejam inseridos. Sendo este um dos principais objetivos, criou-se a nova Lei Societária brasileira, a Lei nº 11.638 promulgada em dezembro de 2007.

Referências

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. In: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Legislação Societária.** Brasília 1976. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2009.

CHAN, Konan; CHAN, Louis K. C.; JEGADEESH, Narasimhan; LAKONISHOK, Josef. **Earnings Quality and Stock Returns: The Evidence from *Accruals*.** Janeiro de 2001. Disponível em: <http://papers.ssrn.com>. Acesso em: 14 abr. 2009.

COBUILD, Collins. **Collins Cobuild English Dictionary**. Londres: Harper Collins Publishers, 40 ed, 2003.

COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. A Identificação de *Accruals* na Sintaxe do Lucro Contábil: o caso Parmalat Brasil. **Revista Eletrônica de Administração - REAd**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, jan./fev. 2005. Disponível em: <http://www.read.adm.ufrgs.br>. Acesso em: 21 abr. 2009.

_____; _____; HEIN, Nelson. Análise Empírica dos Impactos dos *Accruals* na Variação do Capital Circulante Líquido: um estudo no setor de siderurgia e metalurgia. **UnB Contábil, Brasília**, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.unbcontabil.unb.br>. Acesso em: 26 abr. 2009.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (CSN). **Annual report pursuant to section 13 or 15(d) of the securities exchange act of 1934 - Form 20-F**. Data-base 31 dez. 2007. Disponível em: <http://www.csn.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2009.

_____. **Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP**. Data-Base: 31 abr. 2007. Disponível em: <http://www.csn.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2009.

COSTA, Alessandra Cristina de Oliveira; TEIXEIRA, Aridelmo José Campanharo; NOSSA, Valcemiro**.** Conservadorismo, *accruals* e qualidade dos lucros contábeis. ENANPAD, XXVI, 2002. Salvador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 23 abr. 2009.

FUJI, Alessandra Hirano. O Conceito de Lucro Econômico no Âmbito da Contabilidade Aplicada. **Revista de Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 36, p. 74 - 86, set./dez. 2004. Disponível em: <http:// www.eac.fea.usp.br/eac/revista>. Acesso em: 23 mar. 2009.

HENDRIKSEN, Eldon. S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro Broedel. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras.** 2001. 154 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: 25 mar. 2009.

_____. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

PAULO, Edilson. **Comparação da estrutura conceitual da contabilidade financeira: experiência brasileira, norte-americana e internacional.** João Pessoa, 2002. Disponível em: <www.unb.br>. Acesso em: 12 mai. 2009.

_____. **Manipulação das informações contábeis. uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados.** 2007. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: 25 mar. 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, Scott; SLOAN, Richard. G.; SOLIMAN, Mark; TUNA, Irem. **Information in *Accruals* about the Quality of Earnings**. Jul. 2001. Disponível em: <http://papers.ssrn.com>. Acesso em: 14 abr. 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas Editora, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 3ª. ed. 2005.